

**HABEAS CORPUS Nº 514.525 - SP (2019/0164381-4)**

**RELATORA** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
RAFAEL KODAMA - SP421486  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : FABRICIO PINHEIRO DIAS (PRESO)

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. EXECUÇÃO DA PENA. IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA NÃO CONHECIDA SOB O FUNDAMENTO DE INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. EXISTÊNCIA DE VIA DE IMPUGNAÇÃO PRÓPRIA PREVISTA NA LEGISLAÇÃO ORDINÁRIA QUE NÃO IMPEDE A IMPETRAÇÃO DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL DO *HABEAS CORPUS* PARA A ANÁLISE DE MATÉRIA DE DIREITO REFERENTE AO *JUS AMBULANDI*. QUESTÃO MERITÓRIA NÃO APRECIADA PELO TRIBUNAL A *QUO*. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PEDIDO NÃO CONHECIDO. ORDEM DE *HABEAS CORPUS*, TODAVIA, CONCEDIDA *EX OFFICIO*, PARA QUE O TRIBUNAL DE ORIGEM ANALISE O *MANDAMUS* ORIGINÁRIO COMO ENTENDER DE DIREITO, AFASTADO O ENTENDIMENTO DE QUE A PRETENSÃO SOMENTE PODERIA TER SIDO FORMULADA EM RECURSO DE AGRAVO EM EXECUÇÃO.

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de FABRICIO PINHEIRO DIAS contra acórdão proferido no HC n.º 2089395-08.2019.8.26.0000, no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Colhe-se nos autos que o *writ* originário não foi conhecido, sob o fundamento de que "*da decisão que indeferiu o pedido de retificação do cálculo de liquidação de penas (fl. 64), cabia recurso de agravo, nos termos do artigo 197 da LEP*" (fl. 111).

Daí a presente impetração, em que o Impetrante requer "*seja concedida a liminar e, ao final, a ordem de habeas corpus, para que o Juízo das Execuções Penais considere, como termo inicial da progressão ao regime aberto, a data em que o paciente implementou os requisitos legais à progressão do regime intermediário, e não a data da decisão que deferiu o aludido benefício*" (fl. 9).

É o relatório do necessário. Decido.

Inicialmente, vale destacar que as alegações ventiladas nas razões do writ originário não foram analisadas pelo Tribunal *a quo*, razão pela qual é vedada a apreciação do pedido ora formulado pelo Superior Tribunal de Justiça, sob pena de indevida supressão de instância.

Com igual conclusão, cito o seguinte julgado:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. INDULTO. DECRETO N. 8.615/15. ORDEM ORIGINÁRIA INDEFERIDA LIMINARMENTE. MATÉRIA NÃO APRECIADA PELA CORTE ESTADUAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. FALTA GRAVE HOMOLOGADA FORA DO PRAZO DO DECRETO. IRRELEVÂNCIA. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE AGRAVO DESPROVIDO.

1. *Evidenciado que o writ originário foi indeferido liminarmente sob o fundamento de que o habeas corpus não é a via adequada à análise do pedido de indulto, devendo ser interposto agravo em execução, resta evidenciada indevida supressão de instância, eis que alegações trazidas no presente mandamus devem ser previamente apreciadas por órgão colegiado do Tribunal a quo.* [...]

*Agravo regimental desprovido.*" (AgRg no HC 360.024/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe de 14/06/2017; sem grifos no original.)

Todavia, a existência de via específica de impugnação não inviabiliza a impetração de *habeas corpus* para avaliar a legalidade de ato que consubstancia restrição à liberdade de locomoção e que verse unicamente sobre questão de direito.

Dessa forma, na hipótese, embora seja o agravo em execução a via recursal referida na legislação processual ordinária contra decisão proferida pelo Juiz das Execuções Penais, não há óbice ao manejo do remédio heroico – **previsto constitucionalmente** –, pois a alegação de constrangimento ilegal ao direito ambulatorial suscitado prescinde do exame aprofundado de provas.

Nesse sentido, destaco o seguinte precedente, *mutatis mutandis*:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. 1. NOVA CONDENAÇÃO NO DECORRER DA EXECUÇÃO DA REPRIMENDA. INCONFORMISMO EM RELAÇÃO À DATA-BASE PARA CONTAGEM DOS BENEFÍCIOS PREVISTOS NA LEP. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME NESTA CORTE. SUPRESSÃO DE

*INSTÂNCIA. NECESSIDADE DE PRÉVIO EXAME DA MATÉRIA PELO TRIBUNAL A QUO. 2. AGRAVO EM EXECUÇÃO. RECURSO PRÓPRIO QUE NÃO IMPEDE A APRECIÇÃO DAS QUESTÕES DE DIREITO NA VIA DO HABEAS CORPUS. ILEGALIDADE PATENTE. 3. RECURSO IMPROVIDO. 4. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.*

*1. A questão relativa a alteração da data-base não pode ser examinada neste Tribunal se no de origem o tema não foi apreciado, sob pena de indevida supressão de um dos graus de jurisdição, salvo ilegalidade flagrante ou de decisão teratológica.*

*2. Entretanto, esta Colenda Corte de Justiça tem orientação no sentido de que 'a despeito de existir recurso próprio e adequado para questionar as decisões proferidas em tema de Execução Penal, a ação de habeas corpus substitutiva de agravo em execução deve ser analisada pela Corte de origem com o intuito de verificar a existência de flagrante ilegalidade, desde que não seja necessário o reexame de fatos e provas, como na espécie, em que se discute o preenchimento dos requisitos objetivos e subjetivos à progressão de regime' (HC nº 282.251/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe 19.3.14).*

*3. Agravo regimental a que se nega provimento. Habeas corpus concedido, de ofício, a fim de determinar ao Tribunal de origem que aprecie o pleito formulado no mandamus lá impetrado (HC nº 2013.022595-6), como entender de direito." (AgRg no RHC 39.523/SC, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, QUINTA TURMA, julgado em 27/05/2014, DJe 30/05/2014)*

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido. Todavia, CONCEDO ordem de *habeas corpus ex officio* para determinar ao Tribunal de origem que, *incontinenti*, analise, como julgar de direito, o HC n.º 2089395-08.2019.8.26.0000, afastado o entendimento de que a pretensão somente poderia ter sido formulada em recurso de agravo em execução.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora